



SOLIDARIEDADE E COMUNIDADES URBANAS POPULARES NA AMERICA LATINA

Dr. José Benone

1. AMÉRICA LATINA:

Região mais urbanizada no mundo em desenvolvimento, apresentando, por isso, grande potencial para o desenvolvimento sustentável de suas megacidades.



2. GALOPANTE ARRANCADA DESSE CRESCIMENTO: Presentes, também, os descompassos e retrocessos, por conta do fosso social, cada vez mais evidente marcada por uma fortíssima urbanização. **desde os anos setenta** AL é considerada a área do planeta mais marcada pelo fosso social, com 20% da população mais rica que goza de uma receita *per capita* quase vinte vezes superior a 20% dos mais pobres.

3. DOS QUINZE PAÍSES DO MUNDO COM A DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA MAIS DESIGUAL, *calculado com o índice de Gini do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Undp)*, dez, com efeito, pertencem ao continente latino-americano.

Estima-se que, **até 2050**, nove latino-americanos, de cada dez, viverão na cidade, segundo o novo relatório do Programa das Nações Unidas para os povoamentos humanos (**UN-HABITAT**), que define essa região como a mais urbanizada do planeta; um crescimento urbano, cujo número aumentou seis vezes em meio século.

4. ...”Foi traumático, por vezes violento, devido a sua velocidade, caracterizada pelo deterioramento do meio ambiente e, sobretudo, por uma profunda desigualdade social” (**UN-HABITAT**).

É visível que o continente vive um momento extremamente importante, o que vem sendo observado por comentaristas e pensadores estrangeiros, talvez mais que a imprensa burguesa.

5. “A América Latina, desde o século XIX, deixou formalmente de ser colônia, porém, em termos econômicos, continua na mesma condição”.
(**Noam Chomski 2006**).



6. BELO HORIZONTE/MG – BRASIL – População de 5,300 milhões de habitantes. PALCO DE MUDANÇAS A PARTIR DE 1992, com a eleição de uma frente de esquerda para o governo municipal. O **projeto democrático-popular** implantado a partir de 1993 assumiu um compromisso com a democracia, os princípios da 'res'pública (*expressão latina que significa literalmente "coisa do povo", "coisa pública"* e a participação popular).

O desenvolvimento deste **modelo de gestão**, no qual a sociedade organizada participa ativamente das decisões que viabilizam a inversão de prioridades no município, contribui para efetivação de um estado democrático de direitos frente à pluralidade e diversidade da sociedade moderna.



7. IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS -

Crescimento significativo das instâncias de participação direta de grupos organizados em fóruns, conselhos, conferências da população (**movimentos sociais, organizações reivindicativas, associações de classes, ongs, entre outras**) na elaboração, implementação e controle das políticas públicas.



8. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO enquanto participação direta da população na definição das prioridades do governo, inaugurando, assim, o processo de construção da participação popular como contribuição para a efetivação de um governo verdadeiramente democrático popular na cidade.





9. PARTICIPAÇÃO POPULAR - A partir de diferentes instâncias que compreendem encontros, assembleias, conferências, comissões e conselhos. Estes espaços podem ser consultivos e/ou deliberativos, cumprindo um importante papel na definição e consolidação das políticas públicas municipais. São dezenas de conselhos e comissões de âmbito municipal, regional e local, de caráter geral e temático setorial.

Destacam-se 26 conselhos setoriais (saúde, educação, assistência social, política urbana, habitação, meio ambiente, patrimônio cultural, entre outros); 9 comissões regionais de transporte, 10 COMFORÇAS (comissões de acompanhamento e fiscalização do orçamento participativo); 9 conselho regionais populares; 9 conselhos tutelares e o conselho da cidade. O Orçamento Participativo – OP - é a principal política de participação popular de Belo Horizonte. Através do OP a população tem o direito de decidir sobre investimentos a serem feitos na cidade.



Além disso, o **governo passou a ter condições de planejar a cidade** de acordo com as prioridades de seus moradores o que potencializa a organização e a mobilização da sociedade. Em vilas e favelas (500 mil habitantes) as obras aprovadas no OP favorecem melhor qualidade de vida aos moradores e facilitam o acesso à saúde, à educação, ao lazer, ao esporte, à limpeza urbana, entre outros serviços.



Nestes anos de Orçamento Participativo em Belo Horizonte foram aprovados centenas de empreendimentos, destes, quase mil foram concluídos, mais de cem estão em obras e aproximadamente duzentos estão com projetos técnicos em execução. Foram investidos recursos da ordem de milhões de reais e houve a participação de mais de trezentas mil pessoas neste processo. Mais do que uma simples escolha de obras e definição de políticas públicas o OP é, em sua essência, uma forma democrática de planejamento da cidade que se deseja. No processo do OP é exercida, qualificada e quantificada a experiência belo-horizontina de debater, decidir e acompanhar as intervenções que vão constituir um verdadeiro plano de urbanização popular.

10. DILEMAS E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR EM BELO HORIZONTE A construção histórica da participação popular tem sido um processo contínuo, porém conflituoso, contraditório, marcado por avanços e retrocessos, num movimento dialético de lutas e conquistas, reações e recuos, manifestando os interesses diversos, por vezes divergentes que dão conteúdo e sentido às relações sociais, econômicas e políticas da sociedade de classes, própria do mundo moderno. Os desafios a serem enfrentados para que a inversão de prioridades, proposta pela atual gestão, se dê efetivamente, devem ser vistos através de **duas óticas:**



- A **PRIMEIRA** diz respeito à partilha efetiva do poder – tanto entre a sociedade civil e o Estado, como isoladamente, dentro do próprio Estado – na divisão de poderes entre as diferentes tendências que o compõem – e dentro da sociedade civil - que grupos, lideranças e interesses são esses expressos através das instâncias de participação e qual sua real legitimidade frente suas bases de representação e frente às reivindicações da sociedade como um todo, na sua pluralidade e diversidade.

A **SEGUNDA** questão diz respeito à necessidade da criação de mecanismos capazes de discutir e potencializar os canais de participação popular de forma a resgatar sua legitimidade, a interlocução das lideranças com suas respectivas bases para que possam participar ativamente no processo de reivindicação e conquistas de novos direitos e assim passem a perceber a cidade na sua complexidade e totalidade.

11. BELO HORIZONTE E A OPÇÃO PELA INVERSÃO DE PRIORIDADES governada desde 1993 por uma coalisão de forças políticas que reúne partidos compromissados com a defesa da democracia e da justiça social, militantes sociais e lideranças da sociedade civil. Tem entre suas **PRIORIDADES**: Participação popular e a implantação e ampliação de políticas públicas que se apresentam como uma alternativa para o enfrentamento dos graves problemas sociais que o país atravessa.

